

AE

SILOPOR

**SITese / FETese**

## PROCESSOS JUDICIAIS CONTRA REDUÇÃO SALARIAL VÃO AVANÇAR

A redução salarial imposta aos trabalhadores que auferem retribuições superiores a 1.500€, proposta pelo Governo e aprovada pela Assembleia da República através do Orçamento Geral do Estado para 2011, mereceu do Sitese o mais vivo repúdio conforme comunicado sobre o assunto que divulgámos a todos os nossos associados.

Concretizada a intenção no final do mês de Janeiro, procurámos encontrar, em concertação com outros sindicatos envolvidos neste tipo de situações, uma posição comum para defender os interesses dos trabalhadores representados pelo Sitese. O recurso à via judicial, que é aquela que se segue após as manifestações de repúdio e protesto, pode assumir natureza diversa: a acção individual, com os inerentes custos e entupimento dos tribunais; a acção selectiva, envolvendo apenas alguns trabalhadores, também com custos e de difícil aplicação por causa da escolha dos critérios de selecção; e a acção colectiva, com menor exposição individual e custos reduzidos, mas com alguns inconvenientes de ordem processual.

Tudo visto e ponderado, o Sitese e um conjunto vasto de outros sindicatos optaram por avançar com acções colectivas, tendo para o efeito os departamentos jurídicos dos sindicatos discutido e preparado a minuta de acção judicial a enviar aos tribunais de trabalho. Também para a Silopor foi essa a opção e é agora tempo de a concretizar.

### . Procedimento a utilizar

Para que as acções possam avançar e venham a ter maiores probabilidades de êxito, é necessário adoptar alguns procedimentos prévios.

Em primeiro lugar, é necessário que os trabalhadores manifestem, perante a Comissão Liquidatária da Silopor, inequívoca oposição à diminuição da sua retribuição: para o efeito foi elaborada uma minuta de carta que deve ser remetida à CL o mais breve possível.

Apesar de se ter optado por uma acção colectiva, torna-se necessário que os trabalhadores atingidos pela medida solicitem formalmente ao Site-se a vontade de serem por ele representados nesta acção judicial: para o efeito preparámos também um documento colectivo onde o trabalhador deve identificar-se e apor a sua assinatura.

Estes dois documentos encontram-se na posse dos nossos delegados sindicais, João Coelho e António Inácio, mas também podem ser obtidos (no caso da minuta de carta) ou assinados (documento colectivo) nas instalações da sede do Site-se.

## . Quem pode fazê-lo

Todos os trabalhadores do Silopor que de algum modo foram afectados pela redução da sua retribuição mensal podem e devem reclamar judicialmente. Como é natural o Site-se só deve actuar em nome dos seus associados, pelo que convidamos todos os nossos associados que estejam nestas circunstâncias a participar nesta diligência.

Para os trabalhadores da Silopor que não sejam associados do Site-se é-lhes facultada a participação neste acção judicial desde que em simultâneo se inscrevam no Sindicato, utilizando qualquer das vias possíveis (Internet, correio, delegados sindicais, sede ou delegações do Site-se) e evitando assim os custos elevados de uma acção individual.

Embora uma acção colectiva não esteja condicionada a um número mínimo de trabalhadores aderentes, é da maior importância que ela possa ser suficientemente representativa, pois não devemos correr o risco do efeito inverso. Nestas condições, convidamos todos os trabalhadores a juntarem-se a nós, no Site-se, para melhor defendermos os nossos interesses colectivos.

Lisboa, 14 de Março de 2011

A DIRECÇÃO